

CMSE reforça ações preventivas em razão do período chuvoso abaixo do esperado nas principais bacias do país

Comitê tem acompanhado com atenção os dados do ONS, ANA e Cemaden desde o início das chuvas, em outubro do ano passado e, com o devido planejamento, tem determinado ações para garantir a segurança do sistema elétrico do país

Com base nos dados atualizados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden/MCTI), o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), por determinação do Ministério de Minas e Energia (MME), fortaleceu junto as instituições e os agentes do setor elétrico as ações preventivas e estratégicas para o atendimento eletroenergético de 2026.

O reforço solicitado nesta quarta-feira (14/01), na 314ª reunião do colegiado, faz parte do planejamento iniciado em outubro de 2025, quando dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Cemaden/MCTI já sinalizam um período chuvoso 2025/2026 abaixo do esperado.

Segundo o CMSE, foram verificados armazenamentos equivalentes de 42%, 71%, 46% e 55% nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte, respectivamente, no mês passado. No SIN, o armazenamento foi de aproximadamente 45%. E, de acordo com o comitê, o sistema está preparado caso permaneça o cenário de poucas chuvas nas principais bacias.

Durante a reunião, foi reforçada a necessidade de manter o acompanhamento detalhado da evolução do período chuvoso e das condições hidrológicas, especialmente da bacia do Paraná, mantendo a estratégia de redução da inflexibilidade hidráulica no SIN, com o intuito de recuperar os armazenamentos dos reservatórios de usinas hidrelétricas, conforme já deliberado pelo CMSE em dezembro de 2025.

O Comitê recomendou adicionalmente a elaboração de Plano de Ação envolvendo as instituições e os agentes responsáveis por tratar das reduções de vazão mínima na bacia do Paraná, visando, caso seja necessário em função da evolução das condições hidrológicas no mês de fevereiro, realizar novas reduções a partir de março de 2026, após o período de piracema.

Também foi apontada pelo ONS a relevância da manutenção das condições operativas e da contribuição eletroenergética da usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte para o SIN. O operador destacou que conta em seu planejamento com a disponibilidade de geração considerando o hidrograma vigente para o trecho de vazão reduzida da usina. O MME reforçou que o tema vem sendo avaliado no

âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e que têm destacado sua importância para a garantia da segurança eletroenergética do país.

Todas essas ações fazem parte de uma agenda de medidas estratégicas para o atendimento eletroenergético de 2026.

Ainda na reunião, a ANA relatou que está avaliando a atual situação crítica em algumas bacias hidrográficas e quais medidas serão adotadas pela Agência. Destacou que segue acompanhando em detalhes as condições da bacia do Paraná, dentre outras, e se prontificou a participar dos acompanhamentos e avaliações que se seguem sobre o tema.

Informações Técnicas:

Condições hidrometeorológicas: em dezembro, a atuação de um ciclone extratropical e a passagem de frentes frias pelas regiões Sul e Sudeste contribuíram para registro de volume de precipitação superior à média nas bacias dos rios Jacuí, Uruguai e Paranapanema, e na incremental a UHE Itaipu. A configuração de dois episódios da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) favoreceu a ocorrência de precipitação superior à média nas bacias dos rios Madeira e Tapajós. Nas demais bacias hidrográficas do SIN, a precipitação foi inferior à média.

Em relação à Energia Natural Afluente (ENA), ainda durante dezembro, foram observados valores abaixo da média histórica para todos os subsistemas, sendo 71%, 81%, 42% e 64% da Média de Longo Termo (MLT) para as regiões Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte, respectivamente. Em termos de SIN, foi verificada ENA de 67% da MLT.

Com relação à previsão meteorológica, o tema foi apresentado na reunião pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), a convite do CMSE. Os destaques da previsão indicam, no horizonte de duas semanas, chuvas abaixo da média nas principais bacias geradoras do Sudeste e Centro-Oeste. Já para a terceira e quarta semanas de horizonte de previsão, a tendência é de continuidade de chuvas abaixo da média em grande parte do Brasil.

Energia armazenada: ao final de dezembro, foram verificados armazenamentos equivalentes de 42%, 71%, 46% e 55% nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte, respectivamente. No SIN, o armazenamento foi de aproximadamente 45%.

Previsão hidroenergética para janeiro/2026:

Subsistema	ENA (% MLT) Cenário Superior	ENA (% MLT) Cenário Inferior	EARMáx (%) Cenário Superior	EARMáx (%) Cenário Inferior
Sudeste/Centro-Oeste	74%	53%	48,5%	41,7%
Sul	119%	83%	75,7%	57,3%
Nordeste	44%	44%	51,0%	48,2%
Norte	66%	56%	56,0%	59,7%
SIN (total)	72%	55% (menor em 96 anos)	51,2%	44,8%

Expansão da geração e transmissão: a expansão verificada em dezembro de 2025 foi de 653 MW de capacidade instalada de geração centralizada de energia elétrica, 1.702 km de linhas de transmissão e 867 MVA de capacidade de transformação, totalizando o ano de 2025 com 7.404 MW de geração, 5.702 km de linhas e 11.764 MVA de capacidade de transformação. Foi destacada a entrada em operação de 123 MW do Complexo UFV SDB Solar (BA); 133,4 MW do Complexo UFV Solar Irecê – Fase 1; 135 MW do Complexo UFV GSII; 184,5 MW do Complexo Eólico Serra do Tigre e 103,5 MW do Complexo Eólico Serra do Assuruá, maior complexo eólico do Programa Novo PAC.

Comercialização: No âmbito do monitoramento da comercialização de energia elétrica, a Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) informou que, com o sucesso relativo ao mecanismo concorrencial do GSF (ou Generation Scaling Factor, na sigla em inglês) e com a revogação da última liminar relacionada à judicialização do risco hidrológico no Mercado de Curto Prazo – MCP, não houve inadimplência relativa ao GSF na contabilização de novembro de 2025. Tal fato é de extrema importância no setor, principalmente no âmbito da abertura integral do mercado livre de energia elétrica.

Atendimento à Bailique/AP: O Comitê apreciou e aprovou o reconhecimento da existência de situação emergencial com risco à segurança do suprimento eletroenergético no distrito de Bailique, no município de Macapá (AP). A localidade é atendida pelo SIN, porém, diante da iminência de restrições temporárias no fornecimento de energia elétrica e em atendimento ao pedido da distribuidora CEA Equatorial, informando a perda de 1400 metros de rede, o CMSE determinou à distribuidora a disponibilização de geração de suporte emergencial, excepcional e temporária, de até 1 MW, por até 180 dias, bem como a apresentação, no prazo de 60 dias, de uma solução definitiva para o reforço da infraestrutura elétrica da região, com estimativas de custos, impacto tarifário e comparação com a alternativa de implantação de geração térmica local, visando assegurar a continuidade e a confiabilidade do suprimento eletroenergético à população do Bailique

Desativação de térmicas: Por fim, com a efetiva interligação do Sistema Elétrico de Roraima ao SIN, que garante maior segurança no suprimento eletroenergético, promove o equilíbrio tarifário e cria condições para o avanço da transição energética no país, o CMSE autorizou o início do processo de desativação das usinas termelétricas sob responsabilidade da distribuidora local, conforme previsto na Revisão 4 do *Plano de Substituição do Parque Gerador do Sistema Elétrico de Roraima*, deliberada na 297ª Reunião do Comitê, realizada em 9 de outubro de 2024. Essa medida tem como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa, otimizar e elevar a eficiência da operação do Sistema Elétrico de Boa Vista/RR, assegurando padrões de qualidade e continuidade no fornecimento de energia elétrica equivalentes aos dos demais estados interligados do Brasil.

Fechamento de 2025: O ONS destacou que as ações de preparação da operação do setor elétrico para o período de Natal e Ano Novo foram exitosas e garantiram a segurança do suprimento a todas as regiões do País. A curva de carga foi atendida com tranquilidade, sem necessidade de aplicação de todas as medidas aventadas.

O CMSE, na sua competência legal, continuará monitorando, de forma permanente, as condições de abastecimento e o atendimento ao mercado de energia elétrica do País, adotando as medidas para a garantia do suprimento de energia elétrica. As definições finais sobre a reunião do CMSE desta quarta-feira (14/01) serão consolidadas em ata devidamente aprovada por todos os participantes e divulgada conforme o regimento.

**Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico*